

# “Indefinição aumenta riscos de moratória”

por Cristina Borges  
do Rio

Ao encerrar ontem o XXII Congresso dos Industriais Latino-Americanos, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, distribuiu aos participantes a “Carta do Rio de Janeiro”, que contém uma ameaça de pedido de moratória unilateral ou coletiva por parte dos países latino-americanos, caso não sejam definidos rapidamente os termos de negociação de suas dívidas externas.

O documento conclui que “a demora em alcançar a solução para a renegociação das dívidas externas eleva a níveis críticos o risco de atitudes unilaterais — individuais ou coletivas — por parte dos países em desenvolvimento, situação que detonaria uma crise grave do sistema econômico e financeiro”.

Destaca, ainda, como essencial a redução da transferência de recursos líquidos da América Latina para o resto do mundo, o que deverá ser feito através da “redução do custo da dívida, elevada artificialmente por desequilíbrios fiscais e monetários dos países desenvolvidos; diminuição dos volumosos saldos comerciais favoráveis desses países; e o estabelecimento de investimentos estrangeiros significativos na região latina”.

O presidente da CNI ressaltou que a definição da renegociação da dívida externa brasileira tem de ser acelerada, uma posição a ser defendida com firmeza pelo governo perante aos

credores externos. Para isso, acrescentou, “temos de propor alternativas para não chegar a extremos desaconselháveis. Precisamos ser pacientes e contar com a compreensão dos banqueiros internacionais”. Albano Franco citou como exemplo os resultados obtidos pelo México na renegociação de sua dívida, enfatizando que “queremos um acordo até melhor do que aquele. Nossos credores foram beneficiados demais com juros e ‘spreads’ altos demais e não podemos continuar exportando capitais”.

Albano Franco disse que “não sou favorável à moratória, no momento”, mas não quis revelar qual o momento mais adequado, alegando que como empresário, político e presidente de uma entidade de classe não pode defender o pedido de moratória unilateral para a dívida externa brasileira. Ele acha que a renegociação pode ser compatível com juros históricos de 6% ou que os serviços da dívida alcancem, no máximo 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

---

**DÍVIDA EXTERNA** — O governo vai endurecer nas negociações da dívida externa, podendo até chegar à suspensão do pagamento do serviço da dívida, segundo o deputado Milton Reis, secretário geral do PMDB nacional.

Para o dirigente pemedebista, essa postura é consequência do Cruzado II, “uma medida que o governo foi obrigado a tomar para modificar o Plano Cruzado, baixando um pacote amargo para a classe média”.